



Ainda a Reforma Habitacional

Os arquitetos brasileiros concentraram, nos últimos anos, seus esforços maiores na análise e no estudo da crise habitacional do País. A primeira etapa desses trabalhos, a mais imediata, levou-os a denunciar as baixas condições de habitabilidade de grande parte da população e o caráter desorganizado e mesmo caótico que preside o crescimento dos nossos núcleos urbanos.

O primeiro contato com o problema habitacional levou-os — por implicações próprias da formação profissional — a considerar o problema a partir de uma perspectiva mais ampla, mais global, do que a até então comum. Para o arquiteto, o problema habitacional não pode ser equacionado, e em seguida resolvido, dentro de um esquema no qual o peso primordial e decisivo é o dos meios financeiros. Esta tomada de posição poderia parecer irrealista e romântica se considerada ao pé da letra. O arquiteto não é a figura mística do artista “belle époque” que muitos ainda teimam em construir. Ele não despreza, nem relega a plano secundário os meios econômicos e financeiros. Pelo contrário, os tem presente e conhece sua importância. Por sabê-los fundamentais e preciosos é que o arquiteto parte do princípio de que se vamos mobilizá-los e aplicá-los em escala considerável, lícito é procurar retirar desta aplicação o maior rendimento social e econômico possível.

A visão que o arquiteto tem da habitação não se circunscreve à volumetria isolada de uma casa, de um prédio de apartamentos, ou mesmo de um conjunto destes. Sua visão vai mais longe. Abrange não só a casa, mas casas. Vê o edifício junto aos outros edifícios, estes em relação às ruas, praças, parques, escolas, campos de esportes, lojas, mercados, igrejas, ao tráfego, ao abastecimento e aos serviços públicos essenciais. Este conjunto é visto ainda assente numa terra onde contam os acidentes geográficos naturais: morros, rios, lagos, mar, bosques, florestas e o céu que os envolve. O seu olhar abarca a casa o edifício, a unidade de vizinhança, o bairro, a cidade, a região, o país e, principalmente, os homens que fazem estas coisas terem um sentido.

Os arquitetos respiraram ao verem as supremas autoridades do País, passarem a colocar numa ordem de considerações de primeiro plano o problema habitacional. O fato é relativamente recente, mas a ele tem se emprestado uma continuidade de preocupação que, em todos os sentidos, deve ser destacada, incentivada e ajudada.

Os precários dados de que se dispõe são gritantes e brutais. O deficit habitacional brasileiro é estimado em 6 a 7 milhões de unidades residenciais. Traduzindo: cerca de 40 milhões de pessoas no Brasil não moram ou vivem em abrigos improvisados, circunstanciais, indignos de serem qualificados como casa. As estatísticas, como

se disse, são falhas e incompletas. Não é conhecido, exatamente, o número real da população atingida pela crise de moradias, nem como esta carência se distribui no território brasileiro.

A consciência do problema nos núcleos urbanos mais importantes é maior porque maior é o contraste entre as zonas edificadas legalmente e as aglomerações anti-higiênicas. A distância que vai do barraco da favela ao restante da edificação é grande demais para não aflorar e sensibilizar.

O problema, entretanto, não se circunscreve aos limites do quadro que se impõe à primeira vista. A habitação liga-se a outros fatores que não a utilização de uma construção razoavelmente bem feita. Implica, — na área urbana, principalmente, — numa vinculação estreita ao espaço maior que é a cidade. E sabemos o estado de saúde de nossas cidades!

Por esta razão, os arquitetos brasileiros preocupam-se fundamentalmente com a orientação a ser dada ao equacionamento da crise habitacional. Antes mesmo de pensar nos meios financeiros disponíveis é preciso cuidar seriamente em como eles serão aplicados. Uma cidade não se constroi pela mera agregação periférica de novas edificações. A cidade é um organismo e, como tal deve ser tratado.

Construir maciçamente, sobrecarregando enormemente nossas PCBs e arcáicas estruturas urbanas, representa um processo de mineralização que só pode conduzir os organismos urbanos à morte, por saturação e enfartamento. Precisamos construir muito e por certo vamos construir. Mas, precisamos construir com um mínimo de ordem, de racionalização, para evitar que as futuras gerações arquem com um volume insuportável de erros urbanísticos. Nós recebemos — e já enriquecemos bastante, por falta de consciência de planejamento — a pesada herança de uma estrutura urbana não planificada racional e orgânicamente.

O drama da habitação no Brasil atinge não só os setores de menor capacidade econômica. Toda a classe média brasileira vive hoje a angustiante presença da falta de moradias e da cidade caótica e hostil que, crescendo em população, defasou-se em matéria de serviços e equipamentos.

Daí estarem os arquitetos brasileiros com os olhos voltados para a ação governamental neste complexo e difícil aspecto da evolução do país, prontos a emprestarem todo o seu entusiasmo e capacidade profissional a uma política habitacional que ralmente considere os problemas da moradia em consonância com os problemas da base na qual ela está assente, o núcleo urbano, a cidade.